



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 5

Sessão Ordinária de Dezembro

2.ª Reunião de 30-12-2005

Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Sérgio Filipe Pires Loureiro, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Vasco Manuel Dias Lopes, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Fernando José Florentino Marques, José Carlos Carvalho Pedroso, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo da Silva Terra Sêca, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António dos Santos Costa, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Maria Teresa Fidélis da Silva, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo e Manuel Arede de Jesus.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins (entrou na sala à 21:30 horas) e Margarida Dias Ferreira (entrou na sala às 22:45 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Carlos Martins Valente, Joaquim Manuel da Silva Marques e António Manuel Carvalho Serra Granjeira, foram substituídos nesta reunião pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Vasco Manuel Dias Lopes, José Carlos Carvalho Pedroso e Diogo Manuel Santos Soares Machado, respectivamente.

Foi efectuado o reconhecimento de poderes.

Membros da Assembleia
Vogal Carlos Candal (PS)
Presidente da Mesa

Vogal Raúl Martins (PS)

(Entrou na sala o Vogal Fernando Tavares Marques)

PONTO 2. – TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 28/11/2005, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal para apresentação do assunto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:

“A proposta que nós apresentamos é de 0,20%. O documento está em vossa posse e resultou da deliberação de Câmara de 28 de Novembro de 2005.

Para nos enquadrarmos, no ano de dois mil e cinco foram cobrados pela Câmara cerca de seis mil euros. O que significa que mais do que o valor em causa esta deliberação é uma intenção de não onerar os cidadãos com mais aumentos.

No essencial nós pretendemos aqui assumir o compromisso, na Assembleia Municipal, de desenvolver todas as diligências que venham a ser tidas por necessárias junto das operadoras para que apesar deste decréscimo percentual a receita possa vir a aumentar. Não pela receita em si, mas também por uma questão de justiça social, porque a partir do momento em que alguns de nós e alguns cidadãos começaram a pagar esta taxa, não é justo que não se verifique a universalidade que é desejada; e daí este esforço que iremos desenvolver para aumentar esta receita.”

Intervieram neste ponto os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal António Regala PCP)

Vogal Arsélio Martins (BE)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Arsélio Martins (BE)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

De seguida a Presidente da Mesa colocou à votação, o ponto n.º 2 – Taxa Municipal do Direito de Passagem, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (18PSD+5CDS+11PS+1BE+1PCP).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiu-se a declaração de voto dos vogais:

Vogal Carlos Candal (PS)

“Uma declaração de voto muito singela.

O Grupo Socialista votou a favor — já tínhamos anunciado isso. É uma tributação que vem do antecedente, até por razões de coerência teríamos que votar desta maneira. E pensamos, que há alguma justiça municipal nesta cobrança, que baixa qualquer coisa.

A problemática, a distinção entre taxas e impostos não é muito clara, nunca foi muito clara, é muito difícil estabelecer um tabique que diga: “esta tributação é uma taxa, aquela é um imposto”. Há situações híbridas, porque à cobrança da taxa deve corresponder uma prestação (a taxa como que paga alguma coisa, como que paga um serviço) e deve haver em princípio alguma proporcionalidade; e quem beneficia mais do serviço deverá pagar mais em termos de percentagem ou de quantitativo final. Porque, aparentemente, só será legítima a cobrança de taxa quando, no momento, sempre que haja uma prestação, um serviço, uma participação. E aqui esse aspecto é um bocado diluído porque já sabemos qual é a participação que o município dá — mas não está sempre a dar. Dá uma vez, voltará a dar algum tempo depois e eventualmente nas circunstâncias intermédias especiais poderá o município estar a dar aos munícipes qualquer coisa.

Esta tributação vem chamada pela Assembleia da República de “taxa” e, portanto, não será uma taxa muito típica na medida em que quando se pagam impostos também se está na expectativa ou na remuneração de serviços e das prestações das entidades públicas colectivas, a favor dos cidadãos. De qualquer maneira este enquadramento não me parece disparatado.”

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD)

“A bancada do Partido Social-Democrata votou favoravelmente o assunto em debate pela simples ordem de razão: é que a lei existe; os diversos concelhos no país o fazem — e gostávamos de ver debatido. Dai que não participámos, mas gostávamos de ver debatido da justiça desta taxa.

Pelo que ficou claramente demonstrado é que quem paga é quem não estraga, não prejudica, nem a paisagem, nem o ambiente, nem os passeios! É o consumidor que afinal paga um serviço que depois tem que se ressarcir de alguma forma a autarquia dos prejuízos que a entidade instaladora faz.

E daí, porque entendemos que a taxa pura e simplesmente devia era recair sobre a entidade prestadora do serviço e não sobre o consumidor, daí que nos abstivemos na discussão, mas votámos favoravelmente a proposta vinda do Executivo.

Há uma baixa clara. Mas entendemos que numa situação de crise económica e financeira como a Câmara está, não podemos dar outro sinal que não este de entender que as taxas não podemos dispensar, mas podemos, mesmo que pequenino que seja, devemos fazer o abatimento para dar o sinal de que efectivamente entendemos que os cidadãos estão sobrecarregados com taxas, com licenças, e com toda uma panóplia de encargos que recaem sobre eles.

E este é o motivo porque não participámos, mas também o motivo porque votámos favoravelmente a proposta do Executivo.”

PONTO 3. – OPERAÇÕES DE CRÉDITO – RATEIO 2005 E FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE PROJECTOS CO-FINANCIADOS PELO III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 2005.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 12/12/2005, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Câmara delegou no Vereador Pedro Ferreira a apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário: ▲

“A proposta que nós trazemos aqui à Assembleia hoje relaciona-se com dois pedidos de empréstimos que foram feitos no seguimento de necessidades específicas, com que a autarquia se deparou.

Em relação à operação de rateio, era a única oportunidade que nós tínhamos de pedir este financiamento, uma vez que se relacionava apenas com dois mil e cinco e, portanto, a partir de segunda-feira já esta oportunidade não existia.

Esta operação em concreto foi solicitada para fazer face a três projectos: as obras de beneficiação na passagem inferior de Esgueira; a pavimentação dos arruamentos da freguesia de Eirol e a prestação de serviços de reparação e reabilitação do pontão existente e a construção do passadiço metálico no terminal de viaturas e passageiros no Forte da Barra e S. Jacinto.

Este empréstimo é de um milhão de euros e foi solicitado como operação que poderia ser de curto prazo ou de médio e longo prazo.

Das ofertas que nós tivemos em termos de banca, foi a Caixa Geral de Depósitos que saiu vencedora devido ao spread que apresentou e às condições de utilização.

Em relação ao segundo empréstimo trata-se de um empréstimo complementar ao co-financiamento do III Quadro Comunitário de Apoio, e tem finalidades específicas. São vários os projectos que se quiserem passarei a citar. Alguns deles já em curso alguns já concluídos, mas ainda com pagamentos para fazer.”

Membros da Assembleia

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“No período em que nós estamos é sempre grave, nós estarmos a aprovar empréstimos, com a situação que de facto nos é apresentada e se nos depara.

Aliás, com certeza mais adiante, no ponto três onde se vai falar do Orçamento, vamos de certeza absoluta abordar essa questão.

Mas no entanto, há questões aqui que são fundamentais aliás, a questão dos fundos comunitários é fundamental e nós obviamente teremos que avançar para isso, mas há aqui questões que eu gostava de ver esclarecidas.

Em primeiro lugar, em relação ao empréstimo de rateio. Se este empréstimo de curto prazo tem a ver com o empréstimo que está descrito no Orçamento na página cento e dezassete, como empréstimo de curto prazo? Se é o mesmo estamos a votá-lo ainda este ano e está inscrito no Orçamento para dois mil e seis!?

Outra questão que eu gostava que me esclarecessem é que os empréstimos só têm um período de carência e não acumulam um período de carência com um período de utilização, pois não? Porque na apresentação do primeiro quadro aparece um empréstimo de dois milhões quatrocentos e vinte e cinco, com um período de utilização até cinco anos num dos casos, até dois anos noutro e até três anos noutro — e um período de carência até cinco anos num dos casos, e até dois e até três no outro. Mas o que nos aparece depois no quadro exemplificativo

da despesa que eles vão criar em si, portanto o pagamento que vão provocar, o que nos aparece só é exactamente o período de carência. Afinal são os cinco, dois ou três anos?”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu vejo as coisas da vida com optimismo; tenho essa tendência (e já me tenho magoado por causa disso), mas não percebo nada de finanças — sou exactamente como o Jesus Cristo.

Os meus assessores para assuntos financeiros (meus, do grupo socialista) informam-me que são boas as condições deste empréstimo, melhores do que é comum. Melhores do que são concedidas a empresas com grande credibilidade financeira.

Então das três uma: ou este Executivo municipal tem uma cotação que eu não diviso, porque só agora começam a trabalhar numa situação de credibilidade e de merecerem a confiança acima do normal, primeira hipótese. Admito que sim, mas tendo a rejeitar por carência de pressupostos ou então a Caixa acredita no governo socialista e na recuperação da economia e no desenvolvimento nacional que trará por arrastamento o desenvolvimento e a melhoria das circunstâncias municipais. Ou então, terceira hipótese, afinal, contra o que diz o Sr. Dr. Pedro Ferreira, e os outros membros do executivo fazem coro, mas é um coro de tragédia clássica, porque falam em voz cavada para dar tónica dramática. A situação financeira do município deixada pela maioria Socialista que governou a Câmara não é tão má como isso — na medida em que com esse pressuposto circunstancial financeiro a “senhora Câmara” mantém cotação na banca de maneira a ter favorecimento da Caixa Geral de Depósitos.

Seja qual for a razão deste benefício bancário, qualquer me serve (se calhar são as três juntas) e eu congratulo-me com cada uma e todas.”

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu não me congratulo com coisa nenhuma.

Eu além de não perceber nada de finanças, ser pior que o menino Jesus, ainda por cima não tenho assessores — portanto é muito complicado esta questão.

Eu acho que isto merece um bocado da história, porque é assim: a primeira vez que ouvi falar disto foi por causa de uma entrevista que fui dar à rádio — entrevista não, fui participar nuns painéis que havia sobre estas questões e a minha preocupação era muito grande. Era, se eles vão pedir neste momento com estes argumentos é sinal que a situação da Câmara é de tal ordem que precisa de operação imediata para resolver problemas que já existem, que são prementes. E manifestei a minha preocupação muito grande sobre isso.

Além disso, eram duas preocupações: uma delas era de tesouraria e outra era: será que não se fez provisão para as responsabilidades que havia para a comparticipação nacional no Quadro Comunitário de Apoio que envolvia a Câmara?

Portanto, haviam dois problemas muito complicados. Havia de facto duas tragédias que representavam incompetência ou então total incontinência financeira; portanto andei preocupado. Depois fui perguntando: pergunta aqui, pergunta ali, como não sei nada disso vou perguntando. A última reunião que foi já na Câmara prometeu outra vez; e o que me é dado a perceber e que no meio disto tudo (e ao conversar com as pessoas), não me parece que tenha dado pela ideia de que há de facto um drama muito grande. Toda a gente está mais ou menos divertida com isto e toda a gente fala mais ou menos sorrindo-se deste problema. O que dá a ideia que isto é um problema ou é muito dramático e já não vale a pena preocupar-nos muito com ele a nível de uma certa seriedade ou então é uma brincadeira.

O que quer dizer que só hoje é que eu percebi que do ponto de vista da tesouraria, ou seja, daquilo que era possível pedir dentro da capacidade de endividamento é pouco do ponto de vista normal, é no rateio. Ainda por cima a palavra rateio mete-me logo confusão: rateio é

andarmos aqui a ratear; vamos aproveitar o que der para aproveitar depressa antes que isto acabe. Rateio significa que no meio de isto tudo, no fim do ano, como se fossem fazer compras à pressa para rebentar com o Orçamento de Estado, vamos ratear, vamos tentar pedir o máximo dinheiro possível. O que é que era o máximo possível? Era um milhão e nove mil ou um milhão e quinhentos mil de acordo com a fórmula de cálculo da capacidade de endividamento? E então pede-se um milhão!

Na altura não me foi explicado para que era. Agora já se sabe que é para “esta” obra, para “aquela”, etc.

Depois a outra coisa é assim: o que é que nós podemos pedir sem ser com esta questão da capacidade de endividamento? Ah, podemos pedir dois milhões e tal? Então vamos pedir. Temos essas coisas para pedir, vamos pedir!

E eu não concordo nada com isto! Eu não concordo nada com uma família, que sempre que pode ir buscar dinheiro, para ter dinheiro nem que seja virtual que não é dela, o vai buscar para fazer face a despesas futuras.

De certa maneira, houve depois uma entrevista que dizia assim: “nós só vamos ter problemas, só vamos saber exactamente em Fevereiro”. Portanto em Fevereiro, Março vamos ver como é que é isto, se há barraca ou se não há barraca.

O que quer dizer que nós na previsão de futuro, - um futuro que não sabemos bem qual é, vamos passar para o lado de cá, vamos realizar operações de capital financeiro para o lado de cá tudo o que pudermos, aumentando essa capacidade de endividamento.

Eu não concordo nada que se aumente a capacidade de endividamento sempre que seja possível. Sempre que é possível pedir dinheiro eu vou pedir dinheiro para ter deste lado de cá a maior quantidade de dinheiro possível.

Dizia o Deputado Pires da Rosa nesse painel de rádio, que dessa maneira, em parte, é que se tinha conseguido aumentar a credibilidade porque havia muito dinheiro em jogo, sempre muita gente a movimentar dinheiro, e havia cada vez mais capacidade de endividamento e portanto, a Câmara podia funcionar melhor sempre. É aquilo que eu percebi “que sou parvo”.

O que eu digo sobre esta questão é que a não ser que fosse expressamente preciso, não se devia usar a hipótese de rateio aumentando a dívida da Câmara, a não ser que fosse expressamente preciso para este momento. A não ser que fosse possível acrescentar a este dinheiro, a esta operação de capital, acrescentar valor ou seja, necessidade, valor de uso próprio para responder a uma questão que era preciso resolver já. A não ser que houvesse esse problema, eu penso que isto são operações de capital financeiro sem outro fim que não seja, operações, fazer movimentar capital.

É uma operação com que eu habitualmente, sem outro fim, não concordo por princípio.

Mais uma vez nesta questão, já estou mais esclarecido, espero poder votar com alguma segurança, porque isto aqui é extremamente opaco para mim.

O Dr. Carlos Candal, tem a vantagem de poder libertar e dizer que só por a Caixa dar boas condições vale a pena endividar-nos. Quer dizer: eu sou um professor, mas a Caixa dá-me boas condições e eu vou pedir dinheiro; não preciso dele mas vou pedi-lo!? E fico mais endividado do que estava antes se calhar. É normal? Eu diria: eu não o faria. A Câmara deve fazê-lo? Eu pessoalmente como contribuinte, diria: se for possível evitá-lo, não o deve fazer.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Depois de ouvir aqui o deputado Arsélio Martins eu gostaria de dizer duas coisas.

O sentimento que existia na população de Aveiro e muito mais especificamente os senhores deputados que têm a obrigação de acompanhar minimamente as dificuldades de tesouraria da Câmara Municipal, toda a gente sabia que havia muita gente a precisar de receber

dinheiro para pagar aos seus empregados, empresas e não o tinham porque a Câmara não pagava.

Estes empréstimos, é uma possibilidade que a Câmara Municipal de Aveiro tem, e a única possibilidade que a Câmara tem face às contenções ou às exposições dos últimos governos que a Câmara tem em contrair o empréstimo. Empréstimos esses que são para honrar os compromissos da Câmara.

E eu queria lembrar não só o senhor deputado Arsélio Martins, que na altura não estava cá, mas muita gente que aqui está e que já estavam, que esta bancada várias vezes propôs ao Executivo de então que contraísse empréstimos, que nós seríamos os primeiros a aprová-los para honrar os compromissos da Câmara.

Houve empresas que tiveram muitas dificuldades. Ouvi comentários que nunca tinha ouvido a propósito do procedimento da Câmara, das suas dificuldades. E não gostaria de ouvir aquilo que ouvi e, portanto, esta bancada dará todo o apoio para efectivamente concretizar e aprovar estes empréstimos.

Infelizmente e como dizia há dias o Dr. Raúl Martins, não vamos ter, a não ser que as coisas se alterem, muitas possibilidades mais de contrair empréstimos — e vamos ter que nos governar, não sei como. O Executivo terá essa responsabilidade e encontrará com certeza arte e engenho, mas é uma tarefa que não é fácil.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quería referir que estou de acordo com a escolha que o Executivo fez na selecção das propostas que solicitou e faço aqui um apelo ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo, que para a maximização da utilização de todos os recursos resultantes, de candidaturas de fundos comunitários deve ser maximizado nem que seja com prejuízo de outras iniciativas — e também de programas estatais disponíveis; suponho que alguns ainda podem ser melhorados em termos de utilização. Criando assim, Senhor Presidente da Câmara, uma nova figura, uma nova filosofia de hierarquização da qualidade do endividamento do município de Aveiro, assente na respectiva reprodutividade dos recursos, obviamente do ponto de vista do interesse dos Aveirenses.

Dizia aqui, comentando uma referência do ilustre colega Dr. Carlos Candal, referia optimisticamente que a situação era dramática, eu diria que o Executivo tem que ser optimista onde diz que ela é dramática, e será uma escala reduzida porque na realidade o meu pensamento e aquilo que temos acompanhado ao longo dos anos, a situação não é dramática, é trágica!

E esse é o sentimento e a seriedade com que todos nós teremos que enfrentar a situação vigente.

Quería ainda dizer que com certeza que o Executivo terá outras soluções, esta será uma situação intermédia para a grande decisão de endividamento, que efectivamente requalifique toda a dívida do município aveirense e que venha de uma vez por todas a pôr em dia aquilo que são as dívidas da Câmara de Aveiro, não só para com os grandes grupos económicos. Porque esses não me preocupam. As grandes empresas, não que não me mereçam respeito, consideração e preocupação, mas acima de tudo pelas pequenas empresas, e eu não vou fazer aqui demagogia até porque estamos em final de ano, porque as pequenas empresas ou pequenos empresários em nome individual ou pequenas empresas, muitas vezes eu vi pessoas a chorar porque não recebiam os seus créditos que tinham com a Câmara de Aveiro. E isto não é política. É um sentimento profundo que me invade e eu tive oportunidade de dizer isto inúmeras vezes ao Senhor Presidente da Câmara de Aveiro, com quem tinha e espero continuar a ter uma excelente relação pessoal, que me tirava do sério ver pessoas, - e estou-me a lembrar de uma caso, de um homem que trabalhou dezenas de anos e dizia: enfrentei

montes de crises, algumas ainda no tempo do Salazar, estive muitas vezes em grandes dificuldades, mas se calhar a esta não sobrevivo; com lágrimas nos olhos!

E isto é que deve, Senhor Presidente da Câmara, ser a sua grande preocupação. Resolver e por em ordem as dívidas para com os fornecedores. Aliás, eu sou um grande defensor - tenho dito isso nas reuniões ministeriais com quem temos tido (que não abordamos só as questões das freguesias, abordamos a vida em geral), consideramo-nos observadores privilegiados da vida portuguesa e eu acho que deve ser produzida legislação, dentro dos limites da autonomia do Poder Local, que proíba e que condicione a irresponsabilidade reinante em muitos município portugueses. Do endividamento a qualquer preço e de situações verdadeiramente dramáticas, trágicas, como é a nossa em Aveiro.

Eu quero-vos dizer que foi aplicada uma figura e ainda há bocadinho falei ao senhor Vereador Pedro Ferreira, que eu não sabia o montante da dívida, que não me tinha preocupado com isso, uma figura que eu acho que deve ser aplicada a Aveiro, e constatei que apesar desse município ter mais eleitores que Aveiro a dívida nesse município era metade do que em Aveiro — pelo menos da anunciada.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quería apenas corrigir duas coisas que foram aqui mal ditas. Disse-se que havia um aumento da dívida. É obvio que não há um aumento da dívida, o que há é uma recolocação da dívida onde ela deve estar. Isto é: a Câmara deve dever à banca não deve dever aos fornecedores. Por aí louvo obviamente essa iniciativa que sempre que pude no passado, fiz lembrar.

Depois falou aqui dos problemas que há... eu problemas é uma coisa que não entra no meu léxico. Sou gestor e um gestor não tem problemas, tem oportunidades de fazer alguma coisa. E espero também que este Executivo não encare isto como um problema; encare como uma oportunidade, quanto mais não seja de brilhar.

E como eu tenho cinco minutos e estamos neste período do fim de ano, eu gostaria de contar uma pequena história precisamente para recolocar efectivamente essa situação da dívida:

- dois amigos que se conheciam, que tinham andado na escola, que já não estavam juntos há muito tempo e que se encontraram ali ao pé da Caixa Geral de Depósitos.

E então dizia um para o outro: é pá, há tanto tempo que não te via, há mais de vinte anos, andámos na escola juntos... então como é que tu estás? Ó pá, eu estou muito bem, tenho um negociozito e tal... e tu? Eu estou na miséria, estou desgraçado! Então o que é que tu tens? Olha eu tenho aqui um negócio, tenho uma concessão aqui da Caixa Geral de Depósitos, eles autorizam-me aqui a vender chupetas e eu estou aqui à porta, vêm aqui as professoras ao fim do mês receber o ordenado, trazem os garotos e eu tento vender chupetas. E tu? É uma desgraça, o meu negócio nem dá a renda..., ouve lá, isto está tão mau que tu é que me podias ajudar, não tens aí cem euritos que me possas emprestar? – E ele disse: olha pá, eu quando aceitei a concessão fiz uma promessa, é que nem a Caixa Geral de Depósitos vendia chupetas, nem eu emprestava dinheiro.

Isto é uma história lateral a isto, mas de alguma forma exemplifica esta situação. A Câmara não deve dever dinheiro aos fornecedores, deve dever dinheiro à banca. É a banca que tem o negócio para emprestar dinheiro, não são as pessoas que tem as suas empresas e que fiam como se dizia lá na minha terra, fiam à Câmara ou fiam da Câmara também como se dizia lá na minha terra, devem estar a suportar esse passivo.

Dai que seja de louvar uma iniciativa deste tipo, embora, é óbvio, é uma iniciativa coxa. Coxa, no sentido de pequena, e se calhar (como disse o Senhor Armando Vieira) a última e portanto, era de aproveitar com as duas mãos. Sendo certo que tenham muito cuidado porque o Orçamento de Estado foi aprovado hoje e o Orçamento de Estado para 2006 traz normas

muito restritivas relativamente a isso e não sei como é que podem aplicar isto, porque obviamente o empréstimo embora pense que já esteja tudo contratado com a banca, só poderá ser feito, Senhora Presidente, já no ano que vem.

A Senhora Presidente que não tinha aceitado a minha sugestão da reunião se realizar no dia trinta, tinha-a passado para dia dois, mas como depois vii que tinha que ser para dia trinta, eu penso que foi por causa deste empréstimo, não foi Senhora Presidente? – Pois foi, é melhor começar a ouvir as pessoas.”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“É uma intervenção muito breve. Eu estive a ouvir o deputado Armando Vieira, que fez uma intervenção para ser acompanhada à guitarra e à viola. Eu senti qualquer coisa!? Se eu fosse o Dr. Jorge Sampaio, eu tinha lacrimado qualquer coisa. Só que eu sou um tipo duro; às vezes engano-me...

Tudo bem, o senhor dá a tónica, e os desgraçados, tem acesso, quem está mal em primeira linha, às Juntas de Freguesia, porque é lisonjeiro para as Juntas de Freguesia — e o senhor como é Presidente da Associação das Juntas de Freguesia, deve ter uma grande freguesia, que são os da sua freguesia, são os das freguesias todas de Aveiro e de todo o país; provavelmente. Nem sei se há instituições para tão grande angústia nacional.

Agora o senhor para além de dramatizar é demagógico — desculpe que lhe diga! Porque as coisas não se dizem por metade. E a palavra é própria porque conta que o Sr. Dr. Pedro Ferreira lhe terá dito uma “certa Câmara”, de que não revela o nome, nem a localização, cuja dívida é metade da de Aveiro. Não diz, onde é!? Eu suponho que será em Freixo de Espada à Cinta.

Mas as situações financeiras do deve/haver do município não se medem só em cifrões, medem-se em obra feita. É assim. E se no passivo da Câmara tem um peso grande a construção do estádio (que V. Exa. aprovou tal e qual como eu, e o plenário dessa época) a verdade é que temos o estádio e temos tudo o mais que ficou dos mandatos do Dr. Alberto Souto. Não se pode analisar situações numéricas, de contabilidade, politicamente tem que se analisar a obra feita, se é bem, se é boa, se foi justificado, se justifica o endividamento e se justifica o onerar das gerações seguintes; é assim. Eu deixo os meus filhos sem nenhuma dívida e ali o vizinho deixa dívidas para os filhos! Eu sei como isso é. E o meu pai que não era rico, ganhava para o dia-a-dia na sua profissão, resolveu construir uma casa, não tinha dinheiro para isso, contraiu um empréstimo e andava a pagar. E eu, geração seguinte, estamos a onerar as gerações seguintes quando pedia dinheiro para isto ou para aquilo, para comprar um carro ou uma moto, o meu pai dizia: desculpa, mas ainda estamos a pagar a casa. E eu comecei a engalinhlar com isso da casa, daí que não tenha casa própria, tenha casas de renda, vivo em casa alheia.

Onerar os filhos... onerar os filhos, mas deixa-se-lhes obra. Isso não tem aqui sido dito e não é sério dizer isso. Para analisar os mandatos do Dr. Alberto Souto é preciso saber as dívidas excessivas (acho eu), mas também contabilizar e elencar a obra que deixa para os filhos, para os netos e para os bisnetos.

E os senhores tem que dizer isto e esta Câmara tem que reconhecer isso, porque não vai fazer nada, basta ler aqui as Grandes Opções do Plano para perceber que não vai fazer nada, porque vai beneficiar da pesada herança negativa e também da pesada herança positiva do Dr. Alberto Souto.

Vai inaugurar durante os próximos três anos obras programadas, lançadas e projectadas pelo Dr. Alberto Souto e vai fazer uma flor durante todo o mandato com isso e com as angústias de ter que pagar o que ficou em dívida.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O Dr. Carlos Candal admitiu e fugiu-lhe a boca para a verdade. “Porventura excessiva a dívida”. É disso que se trata. É que a dívida é excessiva e depois não é reprodutiva. A esmagadora maioria da dívida contraída não é reprodutiva, era um investimento destinado ao consumo e não um investimento qualificante, que fosse reprodutivo. E estou a referir-me concretamente ao estádio, que eu inúmeras vezes me insurgi contra o estádio, e disse que estava em desacordo com o estádio... (ouvem-se vozes) aliás, as pessoas que estão a levantar a voz não tem coragem de dizer aqui o que dizem fora daqui. É que também foram sempre contra o estádio. Só que não se atreveram a votar contra o estádio porque não era uma obra qualificante e reprodutiva.

Depois o Dr. Carlos Candal percebeu mal o que eu disse. Permita-me que o corrija: eu referi aqui e não foi o Dr. Pedro Ferreira que me disse, fui eu que lhe disse a ele. A Câmara a que eu me referi eu digo-lhe, era governada pelo Partido Socialista, chama-se Setúbal. Que teve que fazer um contrato de reequilíbrio financeiro por noventa milhões de euros. Este é um caminho que vai ser exigido em todo o país e acho bem. Não podemos andar a brincar com coisas sérias. Os recursos são escassos, os portugueses estão sacrificados com impostos. Os portugueses já não têm mais. Há muita gente a passar fome para poder pagar os seus impostos. Mas em que país é que nos estamos? Temos que acabar com o regabofe despesista. E isto é a grande questão. Vossa Excelência pode argumentar tudo o que quiser, eu gosto muito das coisas belas da vida, disse-o aqui. Gosto muito de ver o estádio, gosto muito de ver as obras qualificantes sem dívida, o grande trabalho que o Dr. Alberto Souto fez. Só que a despesa é excessiva e era necessário ter feito menos despesa, porventura um bocadinho menos de obra, mas ter pago a tempo e horas aos seus fornecedores e a imagem do município de Aveiro ter sido preservada.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu acho que será adequado recordar as palavras que o deputado Raúl Martins, há pouco mais de meio ano, sobre a dívida, a obra, portanto, o que estávamos agora a falar: “isso será a resposta que os aveirenses vão dar a esta dívida que a oposição fala nas próximas eleições, quando forem chamados a votar sobre se valeu a pena ou não valeu a pena. Isso é que é importante”. Ou seja, os aveirenses dizem: não valeu a pena!”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira

“Em relação às questões colocadas e relativamente à questão colocada pelo deputado António Regala, em relação ao empréstimo, de facto está no Orçamento para dois mil e seis. A questão deve-se à utilização do empréstimo já ser efectuada já em dois mil e seis.

Quanto à questão da carência e da utilização posso admitir que as duas situações se verificam durante os primeiros três anos depois de contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos. Portanto a utilização será o mais rápido possível, uma vez que a maior parte das obras já estão efectuadas.

Em relação ao deputado Arsélio Martins. De facto o que foi respondido pelo deputado Santos Costa e pelo deputado Armando Vieira e também pelo deputado Raúl Martins, a questão aqui passa por transferir a dívida para a entidade onde de facto ela deveria estar que é a banca. Concordo inteiramente com as palavras que foram proferidas em relação a isso — e foi isso que nós fizemos.

Em relação às palavras do Dr. Carlos Candal, queria apenas dizer-lhe duas coisas: é óbvio que não se deve apenas ao trabalho do Executivo em relação ao spread; é óbvio que sendo uma entidade pública é diferente de uma empresa, logo as condições são diferentes. Em relação aquilo que proferiu em relação à obra. Eu só gostava e todos nós temos presente, há duas pequenas vertentes: uma é a do bem público e como sabe o bem público e efectuar investimento público para o futuro cabe em termos teóricos ao Governo uma vez que os orçamentos camarários são equilibrados. Em relação às questões, ao estádio e outras obras, só queria dizer que uma das coisas que me espantou um bocadinho foi não haver estudos de custos/benefícios sociais em relação a algumas obras.”

De seguida a Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 3. – Operações de Crédito – Rateio 2005 e financiamento complementar de projectos co-financiados pelo III Quadro Comunitário de Apoio 2005, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e cinco votos a favor (18PSD+5CDS+11PS+1BE) e uma abstenção (1PCP).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Arsélio Martins (BE)

“Eu devo esclarecer que levantei todas as dúvidas sobre o rateio e sobre o pedido de empréstimo; dúvidas que se mantêm, embora concorde na globalidade com a ideia de que se deve dever à banca e não aos fornecedores.

Acontece que para mim nunca tinha ficado claro, até agora, - e vai continuar a não ficar claro, que de facto este dinheiro fosse para pagar aos fornecedores a quem se deve há tanto tempo. Não está nada claro e não vai estar claro facilmente porque é dito que é para pagar “certo tipo de obras”.

Apesar disso e porque aparentemente há uma proposta de que se aja nesse sentido, no sentido de dever à banca e pagar aos fornecedores, eu votei a favor da proposta do pedido de financiamento (embora desejasse expressamente que fosse ainda mais claro) - então que se pagasse aos fornecedores a quem se deve há mais tempo e que estão com mais problemas por resolver.”

Vogal António Regala (PCP)

“A minha declaração de voto tem a ver com a minha abstenção e tem a ver com aquilo que já foi referido.

A nossa posição face ao endividamento da Câmara neste momento é limitativa de pensar em se estabelecer novos empréstimos, que não dentro de um plano de reestruturação financeira da própria Câmara.

E não ficou bem claro, que objectivamente, o dinheiro agora emprestado, fosse exactamente para pagamentos de dívidas anteriormente contraídas; antes pelo contrário, a ideia subjacente que transpareceu, de facto haviam já determinados planos pré-estabelecidos que foram determinados e cujos empréstimos também eram para pagamento desses encargos.”

PONTO 4. – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2006 DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 14/12/2005, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra o Presidente da Câmara e seguidamente o Vereador do Pelouro das Finanças, fizeram uma breve apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário. B

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Como é normal e num acto destes, debruçamo-nos um bocado sobre o documento que nos é apresentado para o ano dois mil e seis.

Ficamos tristes, porque não nos agradou.

E, não nos agradou, pelos antecedentes. O documento é um documento político dentro dos propósitos e recursos disponíveis de momento na autarquia.

Estamos e estávamos conscientes das dificuldades da Câmara, e em momento oportuno chamámos a atenção disso mesmo.

Mas!... É falado constantemente que desta vez os Presidentes de Junta vão ter tudo, mais realisticamente, vão ter muito mais.

Sabemos e temos a consciência que o sentimento do Sr. Presidente da Câmara é delegar e fazer dos Presidentes de Junta os seus parceiros principais.

Atenção: é preciso cuidado. Porquê?

Já se criaram expectativas que saíram frustradas. Deram-nos cinco dias para apresentarmos obras que achássemos de interesse para as freguesias, que saíram incluídas no Plano da Câmara.

Com certo desgosto assistimos a que nenhuma foi contemplada. Para princípio foi mau! E agora, a partir daqui? Vai haver delegações de competências? Vai haver duodécimos? É que isto só existe se houver dinheiro. E é bom que se saiba que protocolos das delegações, devem ser assinados com a entrega do respectivo valor correspondente. Assim se fazia no tempo do Prof. Celso que está aqui presente; vamos esperar, optimistas.

O Sr. Presidente da Câmara conhece bem as nossas necessidades e dificuldades.

Também aproveito para chamar à atenção da tristeza das iluminações de Natal. Deu-se o apoio de cinquenta mil euros, à Associação Comercial (vem aqui inscrito no plano e orçamento). A resposta que me foi dada não é muito correcta: gastou-se menos que no ano passado. Pouparam cinco ou dez por cento; para fazer pior é melhor não fazer nada. Os comerciantes da zona da rua Agostinho Pinheiro e a Junta de Freguesia da Vera Cruz, no Largo Maia Magalhães, fizeram muito melhor, com muitíssimo menos dinheiro (em comparação), às suas custas, e feito com um Industrial de Aveiro. Aveiro merecia muito mais!

Temos aqui uma rubrica (pagina cento e sete): - “controlo de acessos à zona da beira-mar – duzentos e noventa e seis mil euros”. O que é isto? É o regulamento de acesso a moradores? Já está feito? Gostávamos de ver.

Lembramos que andamos a pedir isto há oito anos.

Ação Social: De uma maneira geral (e não me refiro só a esta câmara), fala-se muito e faz pouco. Temos a convicção que os serviços fazem reuniões a mais.

Existe o CLAS, há um regulamento. Porque não se fez até ao fim do ano a reunião para apresentar o diagnóstico?

Por último: O muro da avenida.

Abriam o túnel, puseram dois muros de cimento em frente à rua do Sr. dos Aflitos, consideraram as pessoas que entram e saem de Aveiro e pura e simplesmente marimbaram-se para os moradores.

Não custa nada decidir em cima do desenho. O conhecimento do terreno, a sensibilidade, não interessa!

Tomem noção da realidade: quem precisa de ir à Ponte de Carcavelos, só tem uma alternativa — ir às pontes ou à estação. Não é justo!

Obviamente, tratem desta injustiça urgentemente.

Vogal Carlos Martins (CDS/PP)

(Entrou na sala o Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado)

Vogal Maria Romana (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Começo esta minha intervenção, por cumprimentar todos os órgãos presentes nesta Assembleia.

Este cumprimento é extensivo às senhoras e senhores jornalistas que têm a nobre função de relatar aos nossos concidadãos em geral, e aos nossos munícipes em particular, o modo e a maneira como estes órgãos autárquicos zelam e gerem os seus interesses.

Cumprimento também o público, que manifesta com a sua presença, uma preocupação acrescida e uma chamada de atenção a todos nós do quanto importante é, a vida da nossa cidade e do nosso concelho.

Entro agora directamente no assunto que me levou a intervir. Este é o lugar por excelência em que devemos registar, procurar corrigir e sanar, as nossas preocupações enquanto autarcas responsáveis, na procura do cumprimento dos compromissos e responsabilidades que uns e outros assumiram aquando do acto eleitoral.

Esta Câmara, há uma semana atrás confrontou as Juntas de Freguesia, pese embora eu aqui apenas representar a minha, a de Esgueira, pedindo quase de imediato, o Plano de Actividades para os 4 anos de mandato.

Sabemos e penso que todos saberão, não ser fácil a qualquer Executivo no começo das suas funções e num prazo de 48 horas, conseguir elaborar um Plano que contemple todas as carências da freguesia, as suas necessidades mais prementes e as prioridades da mesma, as quais devem merecer, logicamente um estudo aprofundado, muito mais uma freguesia como a de Esgueira, sendo a maior do concelho e mais versátil já que, comporta várias vertentes populacionais e sociais e de ambientes laborais tão diversificados e distintos que vão desde o sector Primário, Secundário até ao Terciário.

De qualquer modo e graças à colaboração e esforço de todo o executivo da Junta, que aqui, e daqui, louvo publicamente, pelo seu empenho, dedicação e esforço, conseguimos apresentar no tempo estabelecido com muito entusiasmo e diga-se ainda, maior esperança, o referido Plano de Acção.

Posteriormente, lido e relidos os Planos e Orçamento da Câmara, facilmente chegamos a triste conclusão que nada de substancial e digno de registo das necessidades mais básicas por nós apresentadas foi contemplado. É frustrante tal situação!

Não entendo que o Orçamento da Câmara, porventura o mais alto apresentado em analogia com as Câmaras equivalentes à de Aveiro, seja ao fim e ao cabo um “Vazio Total”.

É certo e compreende-se que a recessão que o país atravessa é de algum modo inibidor.

Esta Câmara como todas as Câmaras do país, também atravessa dificuldades, mas tem de ter, como sempre teve até aqui, uma capacidade de gestão, de saber gerir em tempo de crise, os

parcos recursos financeiros de que dispõe, evitando quanto possível flagelar a população nos seus interesses mais prioritários e vitais.

Eu acho que se anda a perder demasiado tempo a julgar os outros, a julgar o passado, passando o essencial para segundo plano. Não vale a pena, andarmos para aqui todos os dias, com lamúrias, armados em “Velhos do Restelo”. O passado já faz parte da história.

Agora, temos de trabalhar com aquilo que temos.

É preciso arregaçar as mangas. O mundo não pára e o nosso concelho nos últimos anos, contrariando o que se passou no país, não parou, não estagnou, com sacrifícios é verdade, mas acho que valeu a pena para termos o concelho que temos. Conseguiu-se dar mais cidadania a cada um de nós, a cada um dos Aveirenses.

Para finalizar Senhora Presidente, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, através de V Ex.^a, se a Junta de Freguesia de Esgueira, porventura a que mais contribui através de impostos e taxas para o Orçamento desta Câmara, comparando com outras, vai ficar parada no tempo durante estes 4 anos de mandato? É este o nosso sentimento.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sobre o Orçamento em si, eu queria dizer, que ele nasceu torto e normalmente o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita, - diz o povo e é verdade.

Primeiro (o Sr. Dr. Pedro Ferreira já se penalizou por isso), começou por ser um Orçamento baixo, primeiro em cinquenta milhões, depois passou para os setenta e cinco milhões e entretanto agora é o Orçamento mais alto, com que nós nos deparamos em Aveiro.

Por outro lado, por aquilo que eu sei, foi um Orçamento que independentemente de nós partidos de oposição, ao abrigo do estatuto de oposição, não temos tido acesso ao Orçamento, tive ocasião de o dizer na altura ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, que entendia perfeitamente devido ao pouco tempo que tiveram para o fazer.

Já não é entendível que o mesmo tenha acontecido com os vereadores. São eles que em reunião de Câmara, vão discutir objectivamente o Orçamento e, portanto, têm de ter o documento atempadamente para o poderem ler minuciosamente e com rigor discuti-lo. E também não aconteceu.

Depois no seguimento disto tudo é que me parece que isto é um Orçamento de ficção. E é de ficção porquê? As contas têm que se fazer da maneira mais simples possível. É óbvio, as contas do merceeiro são as melhores contas porque são as mais simples e são as mais directas. Tudo o que complica as contas complica a vida, normalmente!

E aqui o que acontece é que nós objectivamente temos tido uma receita bruta anual na ordem dos quarenta e cinco milhões; contando com os quarenta e cinco milhões de receita, tendo em conta o empréstimo que está contabilizado de vinte e cinco milhões, nós temos aqui de grosso modo, setenta e cinco milhões, - que é metade dos cento e cinquenta e um milhões e oitocentos do orçamento.

É obvio que estão aqui outras coisas! Está aqui um plano de venda, de alienação de terrenos, que é quase a totalidade dos terrenos que há para alienar por parte do município e isto aqui tem duas questões que se põem: nós estamos nesta altura em momento bom de mercado para vender a bom preço os terrenos que pertencem ao município?

E a outra questão: a questão de eles estarem aqui todos vai impedir ou vai permitir que depois seja possível eles serem postos à venda, sem sequer tão pouco ser ouvida esta Assembleia Municipal; sem que hajam condicionalismos para essa própria venda a não

ser um único condicionalismo, que é não poderem ser vendidos por um preço inferior ao que está estabelecido neste Orçamento.

Depois, parece-me que numa situação que se diz, que se continua a dizer que é grave financeiramente, o que se tem que fazer são tomar medidas concretas e objectivas para combater a esse mal que se diz que existe. E existe, na minha opinião existe.

E eu de medidas concretas e objectivas não as vejo e gostava de as ver. Eu até tenho a certeza que quanto mais alto é o Orçamento, a sobre-orçamentação de qualquer obra é um caminho perigosíssimo para o aumento da dívida. E isto que está a acontecer pode de facto ser mais um passo para a dívida aumentar mais.

Se objectivamente, e porque os aveirenses o sabem, foi explicado aos munícipes aveirenses, da necessidade do combate da dívida, com transparência e seriedade, os aveirenses compreenderão a necessidade que há de se pôr ordem e equilíbrio nas contas do município. Não há que estar aqui a elevar montantes ou coisas do género, no sentido de facto de escamotear esta verdade; a verdade simples dos números, e fazem aquilo com que de facto não podemos e não vamos atingir.

A obra que está marcada neste Orçamento é reduzidíssima! O que está marcado aqui de obra era o que estava anteriormente agendado no fundo não há nada de novo.

Por outro lado, como eu disse anteriormente, combate objectivo à dívida não há; e eu já agora gostava de dar aqui um exemplo, que é o exemplo dos resíduos sólidos: na recolha dos resíduos sólidos, que era feita pelo município de Aveiro, salvo erro até mil novecentos e noventa e cinco; em mil novecentos e noventa e cinco, os gastos do município, na limpeza que incluía a recolha dos resíduos sólidos, foram de cento e noventa e um mil contos; três anos depois, em mil novecentos e noventa e oito, já com a recolha dos resíduos sólidos entregue a empresa externa (SUMA), o que se gastou na totalidade, na limpeza e recolha de resíduos sólidos, foram quinhentos e quinze mil contos. Destes quinhentos e quinze mil contos, trezentos e setenta mil, foram gastos na recolha dos resíduos sólidos. Em três anos, de noventa e cinco a noventa e oito, a subida foi de duzentos e dezassete por cento. Isto é uma subida brutal! Isto é má gestão penso eu.

Hoje o que está no Orçamento para a recolha de resíduos sólidos são três milhões e seiscentos mil euros programados para o ano de dois mil e seis. Em escudos, são setecentos e cinquenta mil contos, grosso modo.

Este é um exemplo, com certeza outros haveriam e outros há. No entanto o que era útil e o que era necessário, era de facto nós neste plano termos medidas concretas e objectivas, para combater o endividamento e não as vemos.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: c

“Sendo a minha primeira intervenção nesta Assembleia, não poderia deixar de referir que me sinto congratulado por poder dar contributo cívico perante uma assembleia de gente ilustre e determinada em zelar por esta “cividade” de Aveiro. Digo “cividade”, termo que caiu em desuso mas que significa cidade/conjunto de cidadãos e, nesse sentido, melhor reflecte as relações sociais de pessoas que tiveram o privilégio de nela nascer ou, pelos mais diversos motivos, encontram nela o seu palco de actividades humanas, de sociabilidade e de sentimentos. Para mim, Aveiro é feminina. É mãe, que sabe acolher todos quantos procuram o seu aconchego.

Endereço à Assembleia e ao Executivo, votos de um trabalho dedicado e profícuo para o novo ano de 2006 que à partida se afigura complicado. Certo que, com todos vós, será possível Melhor Aveiro.

Bom! Passemos às questões que vos trago em jeito de reflexão:

Quando pela manhã lia o artigo do Diário de Aveiro cujo título, em letras garrafais, se impunha “PSD e Élio Maia foram os mais faltosos”. Por momentos fui levado a pensar que o problema do buraco financeiro da Câmara Municipal se deveria a faltas de alguns dos elementos da AM. Pensei também que a discussão nesta sala hoje passaria por este tema, de folhetim – diga-se. Meus Senhores e minhas Senhoras, o rei vai nu. Não estamos disponíveis para discutir o acessório, a novela. A questão das faltas com ou sem razão plausível, foi tema de campanha do PS, mas os aveirenses, esclarecidos, estavam muito mais preocupados em penalizar, veementemente, o desgoverno do Executivo socialista que, assim, caiu nas eleições de Outubro.

Importa muito mais diagnosticar e analisar bem os graves problemas herdados da governação despesista e partir para soluções cirúrgicas, porque esta cidade merece outro respeito e esforço.

O documento ora em apreço – “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados”, colocado aqui para discussão, não será o documento que o Dr. Élio Maia e sua equipe desejariam. Estará bastante aquém de um conteúdo programático desejável. Será sempre um documento circunstancial, o documento possível, cujo enquadramento é sobejamente conhecido.

O documento, tecnicamente balizado, que nos é proposto para aprovação é, na nossa perspectiva, um documento sério, objectivo, que denota responsabilidade e que resulta de circunstâncias e de constrangimentos diversos. Não vislumbramos nele, de facto, deslumbramentos faraónicos. Auscultamos-lhe sim, o cuidado e a extrema atenção de contenção e realismo.

Este Plano e Orçamento são fruto de um entendimento ainda pouco solidificado da autarquia. Queremos dizer que o tempo que medeia entre a posse do novo executivo e a formalização deste documento é tão curto que não será possível aos mais iluminados e avisados ter plena consciência da vasta abrangência e problemáticas inerentes. Trata-se de um documento preparado necessariamente na estrutura técnica da autarquia com a supervisão do executivo em funções.

Encontramos constrangimentos que derivam de razões de ordem diversa: os das dificuldades normais deste tipo de documento e esse colossal constrangimento que deriva da gestão desastrosa do Dr. Alberto Souto – chamamos-lhe a Dívida. O executivo do Dr. Alberto Souto criou o monstro. Julgo, francamente, que todo o cidadão de Aveiro sabia da sua existência, porque os seus efeitos sentiam-se, não obstante, a obstinação de o esconder.

Os aveirenses sabiam que o monstro estava a ser alimentado e tornado grotescamente enorme e apresentaram um cartão vermelho directo ao Dr. Alberto Souto, delegando a responsabilidade de melhor conduzir o destino deste concelho a esta equipe liderada pelo Dr. Élio Maia.

A oposição PS perante esta circunstância vive dias de desconforto. O desalento é visível. Senão vejamos: os que alimentaram o monstro recusaram-se a assumir o papel de oposição na Câmara, fugindo assim, em debandada, às responsabilidades, defraudando a confiança de quem neles votou. Lançamos votos para que nos novos cargos públicos que assumiram ou pensam vir a assumir não levem os ensinamentos das péssimas práticas financeiras por si protagonizadas. Ficou a liderar a oposição à Câmara um Ilustre Vereador que utiliza uma tática de guerrilha de política caseirinha, novelesca e ofuscada, tentando apagar fogachos, sem ter percebido que o prédio construído nos últimos 8 anos tinha ruído. Prédio mal alicerçado, fora de escala, baseado em fachadismo de gosto duvidoso, porque rica e

profusamente decorado (venha alguém que pague). Não vale a pena tentar toldar, encobrir este maugrado e sem impar estádio das finanças da história de Aveiro.

A oposição PS nesta Assembleia demonstrou na pretérita segunda-feira que estava atenta ao problema dizendo mesmo não ser novidade o estádio calamitoso das contas da autarquia. Sob acto de contrição toma a iniciativa de propor uma auditoria às finanças da Câmara, lançando assim para a fogueira os seus responsáveis, dando-nos a perceber, de forma pouco velada, onde poisam os abutres, esses seres necrófagos várias vezes referidos pelo Dr. Alberto Souto.

Esta bancada entende de relevância maior uma auditoria, mas com o objectivo claro de apurar com rigor o diâmetro e a profundidade do buraco financeiro herdado, para que se possam traçar metas e objectivos, de forma consciente e consolidada. Sabemos que contamos com gente capaz, esforçada, dialogante e que fala verdade.

Como diria a grande Marguerite Yourcenar, nas “Memórias de Adriano” o tempo é o melhor escultor da história!...

Ao Sr. Presidente da Câmara e sua equipe, e a esta Assembleia dizemos que confiamos e aprovamos este documento. Saberemos estar atentos à sua efectivação no dia a dia e manifestamo-nos disponíveis para discutir Aveiro de modo positivo e assim contribuir para o engrandecimento desta Cidade.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de tecer algumas considerações acerca deste orçamento e das GOP’s.

Em primeiro lugar para enaltecer a postura de alguma humildade do Senhor Presidente da Câmara, dizendo que de facto este não é o Orçamento dele, - não é de facto! Não é dele, nem é da oposição, nem é do vereador do pelouro, nem é dos Presidentes de Junta; não é de ninguém! É um Orçamento que não agrada a ninguém.

É talvez o Orçamento possível. E é o Orçamento que foi elaborado e é preciso dizer isso, e nós cá estaremos para o ano que vem para julgar bem o próximo orçamento, mas é um orçamento que foi feito e temos que reconhecer, - e nós sabemos reconhecer essas coisas, num período limitado de tempo (um mês, mais ou menos).

Enfim, o Senhor Vereador do Pelouro, também gostei da postura dele, porque de facto ele explicou porque é que cometeu aquela “gafe” do valor do Orçamento, porque de facto o POCAL tem regras próprias que não se aplicam na privada — e ele na altura estava a fazer outras contas e às vezes faz assim uns errozitos. Por exemplo: o Senhor veio apresentar na última sessão uns números que apresentou num papel e eu disse-lhe: - esconda isso! E o senhor fez gala em o apresentar. Se nós fossemos correctos, hoje chumbávamos o Orçamento com base nesses papéis porque se o senhor apresentou aqueles números e se a dívida é aquela, ela tinha que estar aqui no Orçamento e não está.

É por isso que eu digo que é preciso ter algum cuidado nestas coisas Senhor Vereador.

Mas atenção: a nossa postura é uma postura de responsabilidade e não vamos utilizar de forma nenhuma esse argumento para analisar este documento.

É um documento, digo-lhe, que tem alguns erros (muitos erros), se fosse noutros tempos, olhe se fosse ali no tempo do Prof. Celso tínhamos aqui para fazer uma festa; tem algumas omissões.

Agora, foi a primeira vez que num Orçamento o Vereador (talvez bem, talvez mal, não sei) explicou publicamente como é que se dão as marteladas no Orçamento. Ele explicou como é que se aldraba o Orçamento; fica-lhe muito bem, até porque a maior parte das pessoas pensa que estas coisas são todas lineares e não sabe que se tem de inventar umas receitas para cobrir despesas, porque há despesas do exercício anterior das quais não pode fugir. Enfim, é a primeira vez que publicamente isso transparece nesta Assembleia, mas eu acho bem, que é

para as pessoas saberem que as coisas são mesmo assim, que de facto é preciso meter lá umas aldrabices pelo meio, meter uns valores a mais e não sei quantas mais.

Quanto às obras. De facto não são apresentadas grandes obras! Estou muito sensível ao Orçamento apresentado e não é de forma nenhuma minha vontade ridicularizar este Orçamento. Mas deixem-me dizer isto: as grandes obras aqui apresentadas são no que respeita ao Desporto: "...espera-se que 2006 seja o ano de arranque da obra do rio Novo do Príncipe e do pavilhão de S.ta Joana"; se formos cá ao miolo encontra para a Pista do Rio Novo do Príncipe cinco mil euros, e para o pavilhão de S.ta Joana duzentos e cinquenta contos. Quer dizer, isto no tempo do Prof. Celso, isto dava aqui para uma festa pelo menos até comermos o bolo-rei.

Numa perspectiva construtiva. Eu gostaria de deixar já agora duas deixas a este Executivo. Eu faço sempre as coisas de alguma forma construtiva (proveitem se querem): há dois problemas sobre os quais tem de assentar a vossa atenção financeira. Uma é o factoring que se calhar tem de ser desfeito; e é também o problema do leaseback dos terrenos. Porque como muito bem aqui foi dito, se calhar é preciso sopesar o custo de oportunidade, porque se estamos à espera de grandes mais-valias podemos, para obtermos essas mais-valias, hipotecarmos definitivamente a situação. Utilizando um velho provérbio popular "mais vale um pássaro na mão que dois a voar".

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, cá estaremos atentos para ver o comprimento deste plano. Mas desde já lhes digo uma coisa: gostaria que o Orçamento fosse de rigor, mas fosse menos forreta (e espero que emendem a mão aí), relativamente a uma coisa que aliás o Senhor Presidente da Câmara tem por obrigação preservar, que são as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia aqui (e as maiores nem são do PS) e eu estou a apelar para todas ao mesmo tempo, particularmente nas verbas que normalmente eram distribuídas a nível das competências extraordinárias.

Deixo isso á consideração do Senhor Presidente, que já foi presidente da junta e sabe como as coisas são. Bem sei que os tempos são tempos difíceis, mas as Juntas estão perto das pessoas; fazem as pequenas obras. Não se esqueça Senhor Presidente que muitas vezes se perde as Câmaras com obras megalómanas, mas se ganham as Câmaras com pequenas obras. Aquelas pequenas obras do passeio arranjado, a valeta limpa — ali aquele bocado da estrada ao pé do Hospital, nunca foi arranjada. Essas pequenas obras, é preciso que se façam.

Senhor Presidente, no meio disto tudo aquilo que lhe desejo é boa sorte e muita saúde. Porque certamente vai ser preciso algum espírito para aguentar isto tudo. Mas eu sei que o senhor Presidente tem espírito. O Senhor Vereador já mostrou aí que tem alguma capacidade de autocritica e de encarar estas "brincadeiras", achegas políticas, de uma forma correcta, da forma mais correcta. O Eng.º Carlos Santos com quem eu já tive o prazer de trabalhar, sei que é uma pessoa que se vai dedicar a isto.

É obvio que não vos desejo nem vos auguro êxitos políticos, mas gostaria ao menos que em termos técnicos e em termos económicos Aveiro ganhasse — e sei que vocês se vão empenhar nesse sentido."

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

"Não tenho para mim que seja um momento feliz para o meu caso.

A primeira questão é que do meu ponto de vista e estando do lado que estou, do lado esquerdo como se costuma dizer, não olho para os orçamentos do mesmo modo que olham os economistas, os gestores, aqueles que não têm problemas, só têm oportunidades!?! Nem olho para os orçamentos do mesmo ponto de vista de quem precisa de saber quanto dinheiro é que há de certeza para saibro, mas não consegue perceber se algum desse saibro serve ou não

para melhorar os passeios para os deficientes, onde é que se vai fazer, mais obra menos obra. Está contabilizado em certos aspectos e não está contabilizado noutros. Dito de outra maneira, parafraseando o que já foi dito, é que nós precisávamos de uma apresentação política das grandes opções do plano e do orçamento, tanto quanto temos em números e em classificações e em verbas económicas de pormenor, precisávamos de intenções que nós pudéssemos perceber quais são.

Primeira questão: Grandes Opções do Plano.

Na minha opinião as Grandes Opções do Plano, significaria que havia projectos, que não podendo ser cumpridos agora, nós pudéssemos ver como é que a contratação das despesas seria distribuída ao longo do tempo e nós soubéssemos, o que é que se pensa fazer, claro que grande parte já estava feito do anterior executivo, como é que nós podíamos ver qual era o projecto. Se havia algum projecto a prazo.

Este Executivo dá a ideia que teve um bocado a seriedade e a humildade de dizer assim: não estamos em condições de o fazer, não fazemos. Mas para a oposição resta sempre um amargo de boca, de não sabermos exactamente, só vimos a saber para o ano quais são as grandes indicações? Que é que querem fazer? Como é que vão fazer contratação plurianual de despesa? Ou seja, que plano é que vão ter para os quatro anos do mandato? A ideia é que de certa maneira estão a cumprir o resto do mandato do anterior executivo, e se ficam por aí.

Para a oposição, como eu, que sou professor, fico preocupado por ter visto durante a campanha eleitoral grandes projectos, por exemplo, para o parque escolar, ter ficado reduzido a tão pouco neste executivo. Todos sabemos que temos problemas complicados para resolver no parque escolar, todos sabemos em que condições é que isso está, e daqui ressalta muito pouco. Ressalta só que - vamos tentar suprir os problemas mais graves, sem fazermos grandes declarações de intenções para o futuro.

Não nos basta a nós na oposição determinar que foram humildes e que foram sérios a dizer o que podem fazer, porque nós precisamos também que os nossos dirigentes autárquicos, o nosso governo diga: - nós este ano estamos a pensar fazer isto, mas temos a ideia de que há assuntos que não podem ser esquecidos; assuntos de acção social, assuntos da escola, da educação, assuntos da formação..., por exemplo, para um município que diz que vai tentar certificar a qualidade dos seus serviços, e ao mesmo tempo é criticado sistematicamente pelo sistema de conduta em todas as obras, e ao mesmo tempo é criticado também no atendimento; é estranho que as verbas para a formação do pessoal por exemplo, não prevejam quase nada para o atendimento, nem prevejam quase nada para a formação em espécie, dos seus funcionários. É estranho portanto.

Eu não diria que era preciso que neste orçamento ficasse bem esclarecido, mas que nas grandes opções do plano viesse dito claramente que as intenções de futuro são estas e aquelas. Ou que viesse pelo menos dito: “neste sentido o nosso programa vai ser cumprido”, no sentido que a oposição diz, - “isto é para fazer”, “aquilo não é para fazer”, etc.

É pouco para nós!

Sabemos que é necessário introduzir e incorporar, todas as questões que foram sendo escamoteadas; vieram sempre no orçamento mas ninguém dizia exactamente o que era. Sabíamos que era preciso que isso viesse a acontecer, e sabemos, não por aldrabice, mas por necessidade, algumas das coisas tinham que vir mesmo no orçamento, explicadas o que eram. E é bom que isso tenha sido feito, mas é claro que nós continuamos a entender, que a receita extraordinária, e particularmente uma boa parte das receitas, são claramente obra de pura ficção e que a serem realizadas nem sequer deviam era de serem realizadas. Nós preferíamos em grande medida, que uma boa parte das vendas não fosse executada, do ponto de vista de que elas são executadas em momentos difíceis, representam o fim da linha, representam que a

câmara e o município de Aveiro fica hipotecado, - neste caso, hipotecado, porque fica sem nada para o futuro.

A minha ideia é que alguma parte da execução do plano da câmara não devia sequer era ser cumprido, pelo menos do ponto de vista da receita. Porque é uma receita que vai resultar extremamente amarga para o futuro.

A posição do Bloco de Esquerda nesta questão, é portanto, no sentido de chamar à atenção para as coisas que é preciso garantir, para as coisas que o executivo tem de garantir que no seu governo, e o governo não é de um ano, e o governo não é de uma pequena parte, pode fazer. E ao mesmo tempo, dizer-nos como é que isso é possível fazer, e como é que é possível fazer. E dizer-nos que é possível fazer, principalmente as questões sociais, nas questões das pequenas obras das freguesias, nas questões das pequenas coisas das quais depende a vida dos cidadãos, que aqui trabalham e que aqui vivem.

Era conveniente que nos dissessem isso expressamente. E era conveniente que nos dissessem exactamente, como é que podem melhorar algumas questões que têm a ver com o ambiente em Aveiro, e há muito pouca coisa nisso. É verdade que o deputado Raúl Martins já denunciou uma parte das coisas, põe-se no orçamento mas pelo miolo, pela quantidade de dinheiro que lá está é para não fazer praticamente nada, e eu estou a falar do Rio Novo do Príncipe, mas a lamentar claramente, que nem nas intenções plurianuais, nem em intenções gerais, apareça a Pateira de Fermentelos, ou o ordenamento do Rio, a não ser na parte do Parque de Merendas ou outra coisa qualquer. Não há intenções de facto, de fundo, para isto, depois de uma campanha eleitoral onde houve muitas intenções expressamente dirigidas para as questões sociais e ambientais.

Nós também não sabemos, Deputado Santos Costa, se este é ou não é o orçamento que é possível fazer e não é possível fazer outro. Não há respostas unívocas, porque isso depende do modelo de desenvolvimento e de sociedade que cada partido tem na cabeça. Do nosso ponto de vista, estamos a pagar uma factura, de um modelo de desenvolvimento e de sociedade que não é o nosso. Portanto, sobre o qual nós não entrevistamos devidamente, se calhar. Nós somos corresponsáveis, como cidadãos, por termos deixado levar por diante, mas devemos dizer expressamente, isto, - se é a única solução, é uma solução que não é boa para os municípios e não é boa para a cidade. E que temos que honrar! - (se for a desonra não sei como é que temos que honrar a desonra, mas isso é outro problema).

Só um esclarecimento ainda, gosta de saber como é que é possível neste orçamento, que ele se enquadre naquilo que está no relatório do orçamento de estado para 2006, que diz que a questão das autarquias fica a 0%, não há grandes alterações; que o crescimento da despesa não vai ultrapassar os 2,5%, e a receita vai aumentar mais de 4,7%. E eu gostava de saber como é que este orçamento, dos 140 para os 150, respeita algumas destas maravilhas de hortaliça do orçamento de estado? E como é que o orçamento de estado do governo, garante aquilo, se, como eu costumo ouvir dizer, uma boa parte dos municípios está exactamente com situações muito parecidas com a do município de Aveiro?"

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: D

“Felicitó o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pela elaboração deste Orçamento, pela coragem, firmeza e transparência que pôs nele. Não é fácil assumir documentos desta importância depois da avalanche de críticas e afirmações proferidas por anteriores responsáveis, em que espalharam aos quatro ventos que só por má vontade e

incompetência, se poderia acusar e afirmar que o estado financeiro da Câmara Municipal de Aveiro era de rotura financeira.

Quem não se lembra das afirmações e declarações públicas do anterior presidente, quanto à capacidade de endividamento da Câmara Municipal, que sabemos todos, hoje, estar esgotada e da sua obsessão em ver em tudo o que executava, lucros, rendimentos, mais valias, receitas, proveitos, contrapartidas, etc., etc., em oposição à sensatez dos que lhe referiam gastos incontrolados, despesas inoportáveis, encargos faraónicos, dívidas incomensuráveis, compromissos impraticáveis e cativação do desenvolvimento futuro. Esta nossa Câmara de Aveiro está em estado comatoso e as injeções financeiras que com urgência precisa tem no imediato, como fim, propiciar-lhe uma recuperação lenta. Lenta demais diríamos todos, até que um dia possa respirar por si e voltar a dedicar-se de alma e coração há sua função de motor e propiciador de desenvolvimento e de bem-estar geral.

Felicito o Executivo porque foi de total transparência na feitura deste Orçamento. Aquilo que para a oposição foi uma “gafe” grave e quase ingenuidade do Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira, resultou afinal num verdadeiro esclarecimento para a população aveirense e de todos nós, porque permitiu isso sim, dizer a verdade nua e crua acerca da capacidade de encaixe de receitas totais por parte da Câmara Municipal de Aveiro.

Permitiu dizer a todos que neste reino autárquico de Aveiro o rei vai nu. E que a roupagem que adornou muitas declarações e a contabilidade municipal de antanho não passava de meros processos de intenção e de duvidosa concretização.

A Lei das Finanças Locais, o POCAL aqui tão referido, determina que se inclua e muito bem toda a verdade dos números e toda a realidade financeira das câmaras nos orçamentos e nas grandes opções do plano — e nesta conformidade tem que se incluir a verdade das receitas e a verdade das despesas.

Este Executivo porque assim o fez, logo a oposição embandeirou em arco mais uma vez dizendo que o Orçamento era exagerado, megalómano, de execução impossível. Poderá vir a ser de execução difícil, mas mais uma vez as responsabilidades vão em grande parte para os anteriores executivos que não acautelaram os bens do município e os ousaram hipotecar com leaseback’s e factoring’s de surpreendente e de difícil desoneração.

E mais uma vez, quem atacou este Executivo por fazer um orçamento baixo demais, critica agora por ser altíssimo. É disto que o povo diz: “ser preso por ter cão e por não ter”.

Um orçamento que não dê a possibilidade ao executivo de concretizar algumas acções próprias ou por urgência de obras ou por impossibilidade das mesmas é um cutelo que decepa e mata a dinâmica dos executivos municipais.

Há pois que ser-se razoável e parcimonioso na análise dos factos. Todos nós, oposição incluída, desejaríamos estar hoje aqui (e que belo dia para tal), a alvitar valores e a regatear obras e benefícios para toda a população do Concelho. Na véspera de um ano novo, um momento extraordinário para brindar à felicidade de todos e garantir melhores dias aos aveirenses. Dizer às colectividades, às associações, às crianças, aos jovens, aos idosos, aos alunos, aos professores, a todos, enfim, que o ano de 2006 que iria ser ou vai ser um ano de realizações excepcionais para bem de todos — não é possível.

Confrontados com esta realidade é imperativo que politicamente se aponte as circunstâncias e os autores que nos levaram a este descalabro financeiro. É imprescindível que tenhamos a coragem também de dizer que o passado recente em Aveiro, no tocante à gestão municipal, não foi de molde a criar horizontes e metas de progresso e de realização colectiva ou mesmo individual. Não se pode hipotecar a vida dos municípios e das suas gentes por simples glória ou demando ou o orgulho de ser rico em património.

Este Orçamento não é deste executivo. É o corolário normal e lógico dos tempos passados e da forma como foram tratados os assuntos municipais.

A ausência ou a presença do Sr. Presidente na reunião em que foi apresentado é um fait-divers que nada acrescenta ou retira à verdade dos números e à realidade das coisas. Talvez quem devesse estar presente não esteve (e nem estará), e talvez esse motivo fosse mais uma forte razão de crítica do que a ausência do Sr. Presidente.

Este Orçamento regista o que deve. Tem o que deve. Que é como quem diz: diz o que se deve. Resta-nos a nós fazer de rei o que devemos; votá-lo favoravelmente, pois para nós é a certeza que ele vai ser o primeiro passo para uma arrancada que só deve terminar quando finalmente a Câmara Municipal de Aveiro for um exemplo de gestão, cumpridora de todas as suas obrigações e merecedora do maior respeito dos cidadãos.”

Após a intervenção a Presidente da Mesa colocou à deliberação do plenário a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, nos termos do artigo 12.º do Regimento. Colocado à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD)

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Estivemos aqui uma noite inteira e ninguém discutiu o Orçamento da Câmara Municipal. Tal como disse a minha camarada de bancada Romana Fragateiro – foi uma noite de lamúrias, de queixas, à antiga Câmara.

Pego agora nas palavras felizes do meu camarada Carlos Candal, que na sua metáfora aplicou uma luva que serve perfeitamente neste momento: uma família quando quer criar riqueza, gasta tudo o que tem e ainda pede emprestado. A Câmara socialista foi isso que fez. Empenhou-se, mas criou riqueza durante estes oito anos ou seja, nos últimos dois mandatos.

E só no último mandato, vou enumerar aquilo que fez para sabermos onde foi gasto o dinheiro: este edifício onde estamos (a Capitania) devem saber por quantos milhões ficou; o Parque de Feiras e Exposições, devem saber por quantos milhões ficou; o Mercado do Peixe, devem saber por quantos milhões ficou; o Mercado Manuel Firmino, por quantos milhões vai ficar? o túnel da Estação; os Muros da Ria; o Parque do Canal de S. Roque; a Ponte do Outeiro; o Parque de estacionamento da Marquês de Pombal; a pavimentação de mais de cem quilómetros de vias; o Estádio Municipal; as novas sedes do Bonsucesso e do FIDEC; 99% do saneamento (milhões e milhões de euros enterrados, de muito valor para a população e que não dá nas vistas); os campos relvados de Oliveirinha, Eixense, S. Jacinto e Eirol; o Euro 2004; a Junta de Freguesia da Vera Cruz; o Centro Cultural de Esqueira; etc., etc.

Sobre o Orçamento da Câmara devo dizer que começámos por um Orçamento caseiro, familiar e passámos a um mega Orçamento. De 50 passou-se para 150 milhões.

Depois, reparando bem, este é um Plano de Actividades e Orçamento vazio; quer queiramos quer não.

Não foi discutido, mas vai ser aprovado com certeza!

Depois, na Comunicação do Senhor Presidente, as obras que vêm aí enumeradas são obras ainda da Câmara Socialista. De qualquer maneira e tal como disse o líder da minha bancada, não vamos votar contra, vamos sim, com certeza, abster-nos desta situação.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Fernando Tavares (PPD/PSD)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Queria focar alguns aspectos que me parecem importantes para a discussão e que têm a ver com o Orçamento e não com as intervenções anteriores, e que no fundo é uma ideia que me parece subjacente a esta discussão do Orçamento, que nós estamos perante um Orçamento que é um Orçamento mais dominado pela dívida do que um Orçamento que tente no fundo dominar a dívida.

Isto tem a ver com aquilo que eu há bocado referi, mas que gostava de explanar melhor para que a ideia ficasse subjacente. Há diversos exemplos em que nós não notamos que haja nas Grandes Opções do Plano objectivos prioritários de combate sistemático à dívida de pagamento à dívida e dos atrasos que existem.

Eu falei há bocado na situação dos resíduos sólidos e é uma situação que eu gostava de explanar um bocado, porque de facto é uma situação perfeitamente possível. Se neste momento estamos a pagar o que estamos a pagar pelos serviços dos resíduos sólidos é perfeitamente possível com o acompanhamento devido sobre os resíduos sólidos, bem como outros aspectos, ser analisado e ser pensado até, quem sabe, no retorno dos próprios serviços aos serviços camarários. É perfeitamente possível nós reduzirmos aí imediatamente despesas. E é este trabalho de redução de despesas, em diversos serviços da Câmara, que não há a preocupação de serem feitos e que eram fundamentais para a redução das despesas neste Orçamento.”

Vogal Raúl Martins (PS)

(Saiu da sala o Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu, acidentalmente, não percebo a maior parte das coisas que se passam. Provavelmente porque sou de fora e há uma parte disto que não me diz respeito suspeito até que não diz respeito a ninguém, mas isso é um outro problema (nem aos próprios se calhar).

Mas vamos então ao que me traz aqui.

Eu estou com uma complicação bastante razoável e quero esclarecê-la.

Primeira questão: não aceito eu particularmente, porque convirão que eu tenho o direito de não aceitar isso facilmente, não aceito que me digam “em princípio” - dizendo eu de que ponto de vista me coloco, não aceito que depois me digam que é “inevitável” o que se está a passar. O que não havia era caminho único, era postura única. E não aceito, particularmente, que me digam que eu não estou a assumir os compromissos das pessoas e que os compromissos são para honrar, e com a minha intervenção isso é posto em causa. Como é evidente, como todos saberão, as minhas intervenções aqui não põem nada em causa porque é um só voto. É verdade! E os Executivos eleitos pelos votos populares terão de ter o entendimento próprio de cumprir ou não cumprir os compromissos.

A minha posição aqui é de um outro tipo. De acordo com o modelo de sociedade ou modelo de desenvolvimento que defendo, alertar para outros processos. Há outros modelos de desenvolvimento, podíamos ter chegado a outro sítio, podíamos ter carregado mais nesta tecla do que naquela — podíamos fazer de outro modo.

Dirão: mas então está a dizer que as pessoas não cumpram os compromissos assumidos? Mas quem é que disse isso! A maioria das pessoas desta sala assumiram esses compromissos e devem cumpri-los. É a sua obrigação.

E eu, a minha posição, é a posição de quem concorreu às eleições para alertar que o modelo de desenvolvimento que devia ser seguido era outro. A minha posição era para dizer que eu não concordo com isto tal como está. A minha posição é vir aqui dizer que a minha ideia de cidade e de obras do regime, etc., é outra.

A minha ideia é vir aqui apresentar a minha posição. E dizer que sou solidário com os vossos problemas todos, dizer que eu, como parlamentar local neste caso, eu defenderia outra forma de estar na cidade e é isso que cá estou a fazer. E é isso que me pedem para fazer quem votou em mim. Porque toda a gente sabe, não era possível votar em mim se pensassem que eu vinha para aqui dizer que a política que estava era a correcta, era a certa, e que não havia outro caminho, que era inevitável este caminho.

Feito isto há duas coisas que ainda quero alertar, porque provavelmente tenho que justificar porque é que voto contra uma coisa que não podia ser de outra maneira. É estranho! É estranho haver pessoas que na sua maioria dizem que não há outra forma de fazer, não havia outro caminho — ter de haver uma pessoa sozinha que não prejudica nada, nenhum compromisso, ter de vir dizer que vota contra a única coisa possível.

Até devem pensar que eu sou um animal estranho, um pára-quedista, um alienígena, alguma coisa muito estranha.

Tenho portanto de dizer, que eu não aceito que o caminho seja único. Não aceito que seja via única, mas compreendo que os mecanismos e as operações que fazem, não financeiras, etc., e em parte eu devo dizer que eu prefiro ser esclarecido da composição do Orçamento de facto, e que seja esclarecido para o povo todo, do que a situação para meias tintas em que acontecia, em que habitualmente ninguém percebia nada. Mesmo assim, eu prefiro assim. Prefiro a verdade, prefiro que se saiba alguma coisa, prefiro que se saiba que a composição, que uma parte disto é artificial — há uma parte virtual do negócio. A execução não pode ser a 100%, não pode ser a 50%. Eu prefiro que se perceba já à partida, porque eu até, pessoalmente, tenho uma vantagem sobre a maior parte dos deputados desta Assembleia, é que eu posso dizer que eu não sou das pessoas que está aqui à espera que o Executivo cumpra o seu programa e que depois venha dizer que se não cumpriu — malvado ele seja! Não, não. — Eu estou aqui para dizer que quem me dera a mim que o Executivo não cumpra alguma das coisas que diz que vai cumprir, porque eu não concordo com elas.

Eu sou daqueles que não está à espera que o executivo vá cumprir o meu programa — como provavelmente é o que acontece com o PS, se calhar ou outra coisa qualquer. Eu não quero que cumpram as coisas que penso que são favoráveis. Quem me dera a mim que falhem a venda de não sei o quê, quem me dera a mim que falhem uma série de coisas.

Vamos ser claros, porque eu quero ser sério nisto. Eu quero dizer que por aquilo que fui eleito espero que algumas coisas falhem, esperava que falhassem antes. Esperava por exemplo que não houvesse obra de regime como por exemplo a obra do estádio. Embora achasse que devia haver um estádio - um outro estádio, não aquele, com aquela montanha de dinheiro encavalitado. Esperava outras coisas.

E vamos ser claros que é para dizer expressamente. O Dr. Élio conhece-me; conheço a Câmara; conheço toda a gente e costumo fazer isto: eu não venho aqui para trocar cumprimentos, nada disso. Eu venho aqui para dizer ao Dr. Élio, que em muitos aspectos eu quero que falhe, vamos ser claros. Se não estava aqui a aldrabar-me.

Mas eu gostava e o Deputado António Regala já disse, eu gostava expressamente que houvesse claramente propostas que me dessem esperança da diminuição do peso da dívida, porque eu estou totalmente convencido de que independentemente de eu não concordar com o Prof. Élio, que é o Presidente da Câmara, eu estou à espera que ele saiba que uma série de

problemas sociais tem de ser resolvidos e tem de ir buscar dinheiro a algum sitio. Parque escolar, acção social, protecção e nos problemas que aqui foram levantados aqui para a baixa de Aveiro, devem ser resolvidos. São problemas sociais graves que têm que ser enfrentados e resolvidos rapidamente. Eu espero que se saiba que se tem que ir buscar dinheiro para isso.

Diminuir o peso da dívida; tem de haver arte e engenho (diz ele), mas não diz mais do que isso! E por isso eu fico um bocado atrapalhado.

É preciso arte e engenho. E nós dizemos assim: qual é a arte? E qual é o engenho? Onde é que se vai fazer isso? Que manobras é que se vai fazer (manobras não)? Eu diria que então faltava que se não fosse quantificado, ao menos fosse dito: que esta Câmara vai assumir que por exemplo é preciso reorganizar as Empresas Municipais. Como? Acabando. E que as participações vão ser organizadas de outra maneira. Como? Como é que isso é feito? Estava escrito que ia ser feito uma coisa qualquer, ia estudar-se..., mas a forma como se elegeram administradores, como se fez todo o trabalho em torno das empresas municipais, deixa-nos a entender que fica tudo na mesma ou quase.

O que é que se vai fazer de facto? Onde é que se vai buscar o dinheiro? Como é que eu diminuo o peso da dívida? Esse é um problema.

É claro que para o povo de Aveiro e por isso é que precisávamos de mais papel, o Dr. Carlos Candal tem razão numa coisa essencial: era preciso mais texto! Porque é que era preciso mais texto? Por uma razão simples: vocês repararam que no ano passado reclamavam que havia um Orçamento enorme, gigantesco, mas reparam que para o povo de Aveiro, para aquele Orçamento gigantesco que já sabíamos que não ia ser executado, a não ser a 40%, havia uma multidão grande de obra! Podemos não concordar com as obras, mas o povo de Aveiro dizia: são cento e tal milhões, mas é muita coisa para ser feita.

E este Orçamento tem um problema que é de precisar de muito mais explicações, porque é muito dinheiro e nada para fazer. Este é um buraco muito grande a nível ideológico e a nível da própria promessa eleitoral. Eu digo é que: esta Câmara tem obrigação de vir dizer a nível das Grandes Opções do Plano, a dizer porque é que este Orçamento tem este dinheiro todo, mas a lista de promessas para fazer é tão curta!? Isso está no peso da dívida? Isso está no peso de alguma coisa? Mas é lá fora que temos que explicar isso.

Vocês estão preocupados em explicar uns aos outros o que é que se passa. Não, não; é que nós temos de saber porque é que é assim. E ao saber porque é que é assim eu quero que o saibam os outros todos.

Aceitei claramente as explicações do desequilíbrio do Orçamento e da forma como é feito do Vereador Pedro Ferreira. Mas alerta que para a população de Aveiro é preciso que haja algum conforto entre o dinheiro envolvido nas operações e as obras — e aquilo que é preciso fazer.

Só mais um pequeno problema. Falou-se da POLIS e depois disse-se que era preciso tirar da POLIS. Eu da POLIS a única coisa que me preocupa é: eu sei que depois de ser feita a “tripa” de S. Roque, as pessoas acabarão por ter de ir até à Lota. Mas o que eu sei é que a obra que para mim era a mais emblemática de todas e aquela que demorava mais tempo e que devia ter sido feita inicialmente, é um bosque. Ninguém fala do raio das árvores!? Chegámos à Madeira ou quê? A minha ideia é que há uma parte disto que tem que ser enfrentada expressamente. Há partes do POLIS que foram abandonadas ou não foram abandonadas? Eu penso que não devem ser abandonadas. E isso eu penso que deve ser dito. Porque essa obra é emblemática, é de longo tempo, demora muito tempo a fazer, e tem de ser enfrentada. Podia não estar quantificada, mas Senhor Presidente da Câmara tinha de estar nas Grandes Opções. Tinha de dizer assim: eu não abandono esta parte. Eu vou lutar por isto e vou lutar por aquilo.

A nível da Acção Social, a nível da Paisagem, como já aqui foi dito, a nível da forma como enfrentam o que é isto dos milhões — nós devíamos ter dito expressamente isto. Porque isto não foi dito e porque o meu projecto de sociedade, aquilo que eu penso que deve ser feito não passa por orçamentos de via única e muito menos por este desfasamento brutal entre o dinheiro e o que é oferecido aos cidadãos, o Bloco de Esquerda que eu aqui represento, vai votar contra. E quero dizê-lo expressamente e publicamente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Tentando responder às questões, permitam-me que comece pela alteração legislativa que se verificou em dois mil e dois, em que as eleições autárquicas que se disputavam em Dezembro e foram antecipadas para Setembro/Outubro. A ideia que estaria certamente no espírito do legislador seria permitir que a elaboração destes documentos, o Plano de Actividades e do Orçamento para o ano seguinte fossem já uma incumbência da Câmara que fosse eleita nessas eleições. O espírito é bom, a ideia é boa, mas depois na prática teve este inconveniente. As eleições foram a nove de Outubro, a tomada de posse graças a um processo que correu muito bem para ambas partes ainda foi possível antecipá-la para vinte e dois de Outubro, começamos a vinte e quatro de Outubro e este mês que fica ali para tomar conhecimento do que é uma Câmara, para receber pessoas e para fazer planos, naturalmente leva-nos a reflectir e a sugerir que no futuro ou as eleições sejam mais antecipadas ou não decorram em Outubro. Que possam decorrer em Setembro ou que haja uma alteração legislativa. Porque é mesmo violento conseguir a elaboração de um documento destes com esta celeridade.

Permitam-me que reforce aquilo que no essencial é o problema mais dramático deste documento. Como já aqui foi dito, quando a questão é posta com clareza e é pedido ao nosso responsável financeiro que nos diga quanto é que a Câmara de facto, com verdade, tem a receber e vai receber em dois mil e seis, qual é essa previsão, é-nos dito: quarenta e cinco milhões de euros!?. E agora diga-nos uma coisa: quanto é que gasta em pessoal, despesas administrativas, recursos humanos? É-nos dito, treze milhões de euros. Quanto é que gasta naqueles serviços incontornáveis (limpeza, segurança, impostos, telefones)? Total: vinte e sete milhões de euros. Estamos já com quarenta milhões de euros. Este é o quadro, esta é a verdade. Quarenta milhões de euros; faltam cinco. Depois vem nomeadamente, aquela questão dos encargos da dívida, que nos é apontado como sendo dezoito milhões — já estamos com treze milhões negativos sem fazer rigorosamente nada!?

Esta é a realidade com que nós nos deparamos. Depois compreendemos, naturalmente, e cada pessoa vai naturalmente compreender a situação, mas no seu caso concreto vai dizer assim: está tudo muito bem; poupe em todo o lado, mas comigo não.

Este é o drama que nós temos. Acrescido de um outro. Como sabem, o compromisso que nós temos, que assumimos publicamente e que queremos manter e respeitar, queremos que isto não se repercuta, não caia em cima dos cidadãos. Seria fácil aumentar impostos, aumentar taxas, aumentar, aumentar... era uma fonte de receitas. Nós queremos jogar com esta realidade sem onerar e sem imputar para cima dos cidadãos os custos dessa recuperação financeira que tem que existir.

Feita esta introdução e procurando abordar cada um dos assuntos. Em relação ao Sr. Barbosa, aproveitar aqui, com dizia e muito bem, que isto só existe se houver dinheiro; era a frase que dizia e é verdade. O enquadramento é este mas mesmo assim, quero dizer aqui e já assumi aqui publicamente, que o diálogo com as Juntas não foi tão profundo e tão abrangente como nós desejávamos pelas razões temporais que já há pouco dissemos. Mas queremos defender aqui, que mesmo assim, no momento em que não tínhamos nada ou quase

nada para distribuir, no momento em que tivemos que cortar em quase tudo o que tínhamos pela frente, houve uma área em que não tocámos e que não cortámos foi com as Freguesias. E eu pedi estes números ao Dr. Pedro que mos deu. As Freguesias tinham tido oitocentos e setenta e dois mil euros e irão passar a ter em dois mil e seis, novecentos e sessenta mil euros — e com uma alteração, além da questão do aumento dos valores. Uma alteração que é decisiva e que é importante, que é esta: havia delegações além das normais, que se mantêm; havia as chamadas delegações especiais, e era esse dinheiro que era distribuído para as Juntas. Nós alterámos. Mantivemos as delegações normais e incluímos um outro valor noutra rubrica que não são delegações especiais. E porquê? Foi em sinal de maior respeito para com as Juntas.

Uma coisa é dizer: olhe, tome lá vinte e cinco mil euros, mas faz esta fonte que aqui está conforme este projecto que aqui está, e você faz esta obra. Outra coisa é dizer assim: tem aqui vinte e cinco mil euros; em que é que você se dispõe a gastar esses vinte e cinco mil euros? Decida, você que está próximo. Diga-nos onde é que quer que esse dinheiro seja gasto. E podendo ser o mesmo valor, sob esta atitude e esta diferença que criámos, já é uma maior valorização e um maior respeito às Juntas de Freguesia.

Em relação ao Dr. Carlos Martins agradecer a reflexão que fez.

Em relação ao Prof.^a Maria Romana, registar o sentimento que deixou de que: “a freguesia de Esgueira irá ficar parada no tempo”. Este é o seu sentimento que aqui expressou e que aqui fez chegar a todos nós.

Em relação ao Sr. António Regala, quanto à pouca discussão. Estamos de acordo. Nós inicialmente assumimos isto que foi quase nula a discussão em relação ao documento. Mas esperemos, como já referi aqui também, que na elaboração do documento para dois mil e sete, hajam profundas alterações em relação ao que aconteceu este ano. E já está definida a calendarização para esse percurso para o qual depois irão ser convidados. Já está definida a calendarização para esse percurso para o qual todos irão ser convidados.

Quanto ao ser explicado aos aveirenses as dificuldades que temos. Parece uma boa ideia. Vamos amadurece-la, vamos reflectir, porque parece-me ser algo onde podemos vir a pegar. Quanto ao Sr. Santos Costa, agradecer-lhe a intervenção e a clareza da reflexão que aqui nos fez.

Arquitecto Paulo Anes, como disse e bem, este documento está além do que pretendíamos é o documento possível. Obrigado também pela confiança.

Dr. Raúl Martins, agradeço-lhe a perspectiva construtiva que teve e pelo alerta que nos fez desses dois problemas em relação ao factoring e em relação ao leaseback — também pela confiança que expressou.

Prof. Arsélio, compreendo perfeitamente as questões que colocou e o voto que vai naturalmente ter. Espero que nunca se engane e que tudo lhe corra bem sempre.

Essas questões da Acção Social, Educação, Freguesias, Ambiente, são também expressões que nos tocam de uma forma muito especial.

A questão das Opções, se são fundamentais. É preciso ter alguma cautela neste momento, alguma prudência, algum equilíbrio.

Nós temos muita esperança que as coisas se possam encaminhar, mas ainda não temos muitas certezas. Vamos esperar pelas certezas para reforçarmos essa esperança, para podermos apontar novos caminhos.

Dr. Pires da Rosa, quanto àquilo que se pretende neste momento, no essencial, credibilizar a Câmara. Sem conseguirmos credibilizar a Câmara não conseguiremos atingir os objectivos que pretendemos.

Quanto à recepção aos municípios. Agradeço muito as referências pessoais e elogiosas que fez, mas dispense-as naturalmente, como compreende. Não vou aqui também emitir referências pessoais em relação à sua pessoa como compreende.

É verdade que temos recebido os munícipes. É verdade que temos recebido as associações. É verdade que eu não sei se ao fim da quinta vez que lá vão se está tudo na mesma. Mas sei que nestes dois meses já houve o respeito suficiente — porque é uma questão de respeito receber as pessoas, e através dessa recepção das pessoas já diversos problemas foram resolvidos. Um problema nunca é resolvido se não falarmos com as pessoas.

Quanto ao Sr. Fernando Marques, agradecer-lhe a intervenção que fez; gostei da intervenção.

O Dr. Carlos Candal, não está, não nos dá esse prazer. Levantou aqui questões importantes, mas não vou estar aqui a maçar-vos com as respostas porque ele não está cá. Questões como S.ta Joana, S. Bernardo, Metro, penso que poderão ficar para outra altura. Reter talvez a frase “se calhar quis ser sério”; penso que acertou um pouco nesta frase, que colocou aqui condicionalmente.

Em relação ao Sr. Rocha de Almeida, acentuar a verdade que penso que foi o valor que mais referiu aqui na sua comunicação, e essa é efectivamente a nossa meta e o nosso objectivo e por onde pretendemos prosseguir.

Por último, em relação ao senhor Armando Vieira. Compreendemos naturalmente a tristeza de todos os Presidentes de Junta, eu também fui Presidente de Junta e naturalmente: mais, mais, mais — é legítimo isso. Eu penso que nós no futuro, e já fizemos umas quatro ou cinco reuniões, penso que já começamos a desbravar caminho. Depois por causa da elaboração deste documento tivemos de interromper. Nós somos humanos não somos divinos por isso temos capacidade limitada. Vamos retomar já essas conversas em Aradas. Penso que foi em Aradas que ficamos de fazer a próxima reunião com todos os Presidentes de Junta; vamos retomar esse percurso e certamente vamos apresentar aqui para dois mil e sete um documento interessante, que até em termos da ANAFRE pode ser um excelente documento para outros concelhos do nosso país. Compreendemos também as preocupações que expressou dos dramas que vive na sua freguesia; não pode ser adiado por mais tempo. É este o drama que nós ouvimos todos os dias das Juntas, das pessoas, das empresas. Situações estas que não podem esperar, têm de ser hoje. Não se pode esperar, mas as situações às vezes são madrastas.

Quanto à EN 235 ela decorre de uma municipalização recente da EN 230-1, e através disso foi possível na negociação encaixar mais um acréscimo para um alargamento na EN 235, e vamos conseguir nessa transferência que haja possibilidade de fazer essa intervenção na EN 235, que como sabe é urgente.

Por último em relação à frase que diz: “a grande obra está no reequilíbrio financeiro do município”. É isso mesmo. É este o nosso objectivo, é esta a nossa prioridade. É aqui que está a grande obra e só assim é possível continuarmos a confiar no futuro. E acreditamos muito, mesmo muito, que com a união e com a abertura que tem acontecido que iremos ter êxito nessa missão.

Aveiro exige e os aveirenses merecem!”

De seguida a Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 4. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (18PSD+6CDS), dez abstenções (10PS) e dois votos contra (1PCP+1BE).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Vasco Lopes (PPD/PSD)

“Gostaria de reforçar junto do Senhor Presidente, que me parece quanto ao Orçamento que este mostrou, ser necessário o reforço do diálogo com as Freguesias — o que me parece saudável. De certo modo está terminado o estado de graça, mas desejo-lhe muitos sucessos.”

Vogal João Pedroso (PS)

“A bancada do PS pretende fazer uma declaração relativamente ao seu voto de abstenção nesta votação, porque entende que o Orçamento é meramente suficiente em termos contabilísticos, embora o compreenda. E compreendo que a Câmara teve muito pouco tempo para ir mais além. No entanto, entendo que as GOP's e o Orçamento são maus em termos políticos, porque não reflectem uma visão de desenvolvimento, não têm ideias que por vezes até podem nem custar dinheiro, para um desenvolvimento mais moderno, mais coeso económica e socialmente e mais cosmopolita para a cidade de Aveiro — como o PS defendeu no passado, e sempre defenderá no futuro.”

Vogal António Regala (PCP)

“A nossa votação contra, tem a ver com a nossa objectiva conclusão de que este Orçamento é um Orçamento de ficção. Não tanto pelo rigor dos números que o Orçamento por si se obriga, mas antes pela inexistência nas Grandes Opções do Plano de evidentes factores de combate à dívida e redução de despesas em sectores sensíveis, elevado despesismo, ou obra que possa ser adiada.

Porque não comporta em rigor nenhum plano de reequilíbrio financeiro, estamos perante um Orçamento que vai ter um grau de cumprimento inferior a 50% porque se subjugou à dívida e não foi feito para a dominar.”

Vogal Arsélio Martins (BE)

“Este debate culmina uma deficitária discussão de documentos importantes para o município de Aveiro.

Começa na própria Câmara quando não se discute a tempo com os vereadores de um modo geral; passa depois um bocado para a Assembleia porque de facto não é possível discutir a quantidade de documentos e o documento que foi entregue em último neste tempo. Não é possível!

De tal maneira não é possível que até se esqueceram de alguns documentos: alguns documentos nem sequer foram referidos.

Era impossível aos deputados fazê-lo porque tinham a pressão para discutir os documentos fundamentais, mas não foi possível à própria câmara debruçar-se sobre eles, nomeadamente os Serviços Municipalizados.

Portanto, nós, em nossa opinião, vota-se contra porque nem se consegue discutir até ao fim profundamente os documentos em causa. E vota-se contra, no meu caso, como é evidente, porque discordo do projecto que está por trás das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. E vota-se particularmente contra porque lá não está.

Vota-se contra as Grandes Opções do Plano, porque não há “Grandes Opções”, como o próprio documento reconhece.”

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD)

“O grupo parlamentar do PSD votou favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006 da Câmara Municipal de Aveiro, porquanto os documentos

F

apresentados são efectivamente aqueles que a situação económica municipal aconselha e exige.

Lamentamos que o actual Executivo não possa dar cumprimento às propostas feitas à população aveirense aquando do seu manifesto eleitoral. E esperamos que a Câmara consiga ao longo do ano encontrar soluções e formulas de ultrapassar os grandes problemas que actualmente se colocam, de forma a que o ano 2007 marque o início da recuperação tão desejada e necessária ao município de Aveiro.

Lamentamos que o Partido Socialista se tivesse absterido e não se tenha colocado inequivocamente ao lado da Câmara Municipal votando favoravelmente a sua proposta de saneamento e de solução dos problemas, que se devem por inteiro à anterior maioria socialista da Câmara Municipal.”

De seguida, a Presidente da Mesa colocou à votação do plenário a proposta de retirar da ordem do dia o ponto n.º 5 - Síntese da actividade da Assembleia Municipal de Aveiro em 2005 (até final do mandato), sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida, a Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada esta Sessão Ordinária de Dezembro da Assembleia Municipal.

Eram 01:30 horas do dia 31 de Dezembro de 2005.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)